

Embargante:----

Advogado: Dr. Alberto Yerevan Chamlian Filho

Advogado: Dr. Alexandre Carlos Giancoli Filho

Advogado: Dr. Diego Augusto Silva e Oliveira

Embargado: ----

Advogado: Dr. João Antonino de Souza Filho

IGM/tmz

D E C I S Ã O

I) RELATÓRIO

Em acórdão da lavra do Min. **Alexandre Luiz Ramos**, a 4ª Turma do TST deu **provimento ao recurso de revista do Reclamado (pessoa natural que figura como empregador doméstico)** para deferir-lhe o **benefício da justiça gratuita com base na declaração de hipossuficiência**, em razão do entendimento da **Súmula 463, I, do TST**, e para, **afastando a deserção** do recurso ordinário, determinar o **retorno dos autos** ao TRT de Origem para que este continue com a análise do recurso patronal.

Inconformada, a **Reclamante** interpõe os presentes **embargos à SBDI-1 do TST**, com lastro em **divergência jurisprudencial**.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Sendo **tempestivos** os embargos, estando regular a **representação processual**, e sendo inexigível o **preparo**, encontram-se atendidos os **pressupostos extrínsecos** de admissibilidade do recurso. Assim, passo à análise dos **pressupostos intrínsecos**.

Quanto à **possibilidade de concessão do benefício da justiça gratuita com base apenas em declaração de hipossuficiência**, observa-se que, embora os presentes embargos sejam **cabíveis** com fundamento no **art. 894, II, da CLT** e na **Súmula 214, "b", do TST**, quanto aos seus pressupostos intrínsecos são **inadmissíveis**.

Isso porque, ao apreciar o **IncJulgRREmbRep 277-83.2020.5.09. 0084 (Tema 21 de IRR)**, em sessão de 14/10/24, o **Pleno do TST**, por 14x10 votos, entendeu que é **possível a declaração de pobreza firmada pela pessoa física, sob as penas da lei**, como **prova para obter a gratuidade de justiça**, ao fundamento de que o novo § 4º do art. 790 da CLT não especificou a forma de se provar a situação econômica, permitindo o **uso subsidiário dos arts. 1º da Lei 7.115/83 e 99, § 3º, e 105 do CPC**, que autorizariam a mera declaração de hipossuficiência para se deferir a gratuidade de justiça, como **presunção de pobreza**.

Nesse sentido, o **Pleno do Tribunal Superior do Trabalho** fixou no dia **16/12/2024** a seguinte **tese jurídica** para o **Tema 21** de sua tabela de incidente de recursos repetitivos, *in verbis*:

[...] por maioria, fixar seguinte **tese jurídica** no presente incidente de recursos repetitivos: **I** - independentemente de pedido da parte, o magistrado trabalhista tem o poder-dever de conceder o benefício da

justiça gratuita aos litigantes que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, conforme evidenciado nos autos; **II - o pedido de gratuidade de justiça, formulado por aquele que perceber salário superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, pode ser instruído por documento particular firmado pelo interessado, nos termos da Lei nº 7.115/83, sob as penas do art. 299 do Código Penal;** **III -** havendo impugnação à pretensão pela parte contrária, acompanhada de prova, o juiz abrirá vista ao requerente do pedido de gratuidade de justiça, decidindo, após, o incidente (art. 99, § 2º, do CPC). [...] (grifos nossos)

Portanto, pela orientação do **Pleno do TST**, se a pessoa física requerente receber **salário inferior a 40% do teto do INSS**, não precisará de declaração de hipossuficiência para ter seu pedido deferido, e se receber **acima do referido limite**, basta apresentar a mencionada **declaração de pobreza** para que tenha deferido o benefício requerido. No presente caso, o **Reclamado (pessoa física que figura como empregador doméstico)** apresentou a **declaração de pobreza**, o que justifica a concessão do benefício.

Contudo, registre-se a **ressalva** do meu entendimento pessoal sobre a matéria. Ora, com todas as vênias, desprezar a ***mens legislatoris*** para se adotar o próprio sentido de justiça, chamando-o de ***mens legis***, como ocorreu no referido julgamento plenário, é procedimento que compromete o Estado Democrático de Direito fundado na separação dos Poderes. O juiz pode não concordar com a opção do legislador, mas **não pode** se substituir a ele. E mais ainda invocando o art. 769 da CLT para aplicação subsidiária da legislação processual civil, quando a norma processual trabalhista é **superlativamente clara**, quer quanto à exigência de omissão para o uso subsidiário do CPC, quer quanto à necessidade de prova - e não presunção - da insuficiência econômica. A hipótese é típica de **ativismo judiciário** e **voluntarismo jurídico**, em que a lei muda, mas não é aplicada, lembrando o conhecido romance de Tomaso de Lampedusa, "O Leopardo", em que se diz que *"é preciso mudar, para que as coisas continuem na mesma"*.

Por fim, merece destaque, como sinalização de que **a questão ainda não está pacificada**, dependendo de pronunciamento de nosso Pretório Excelso, o fato de que, na semana seguinte ao julgamento do Pleno do TST, o **CNJ** editou a **Recomendação 159**, de 23 de outubro de 2024, que trata da *"identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva"*, colocando em seu Anexo A, como **1º exemplo de litigância abusiva**, dentre 20 mencionados, *"requerimentos de justiça gratuita apresentados sem justificativa, comprovação ou evidências mínimas de necessidade econômica"*. Ou seja, endossa a tese de que presunção não se confunde com comprovação e de que a mera declaração de insuficiência econômica, sem justificativa, no caso de se receber salário superior ao patamar legal da gratuidade de justiça presumida, constitui potencial litigância

abusiva.

No entanto, **guardando a mencionada reserva pessoal** e aplicando, por **disciplina judiciária**, o entendimento fixado pelo **Tribunal Pleno do TST**, reconheço ser suficiente a declaração de pobreza apresentada pela Parte, nos termos da **Súmula 463, I, do TST**, declarando a sua **presunção iuris tantum**.

Desse modo, verifica-se que os arestos trazidos a cotejo pela **Embargante** estão todos **ultrapassados** por **atual jurisprudência** dominante nesta Corte Superior (**Tema 21**), emergindo como óbice aos embargos o disposto no **art. 894, § 2º, da CLT**, razão pela qual **não admito** os embargos da **Reclamante**, com fulcro no **art. 93, VIII, do RITST**.

III) CONCLUSÃO

Pelo exposto, com base no art. 93, VIII, do RITST, **denego seguimento** ao recurso de **embargos** interposto pela **Reclamante**.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2025.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Ministro Presidente da 4ª Turma